

A propósito da proposta de passagem da UNL a fundação

A passagem da UNL a fundação foi anunciada recentemente.

O PCP alerta para as enormes ameaças que daí decorrem:

1. **O direito privado passa a reger** a relação entre a instituição e os docentes e investigadores, abrindo-se assim caminho para um acentuar da **precarização das relações laborais**. Nas instituições que optaram por este modelo passaram a existir ainda mais avenças, cada vez mais postos de trabalho foram substituídos por bolsas e observa-se a generalização dos recibos verdes;
2. **O direito privado implica** – como se tem verificado noutras instituições que optaram pelo regime fundacional – **a perda de direitos dos docentes** (ex.: perda da ADSE, da licença sabática);
3. Embora o regime fundacional estipule que apenas os novos contratados o sejam ao abrigo de direito privado, o que tem sucedido é que nas fundações os actuais docentes e investigadores em funções públicas são “convidados” a aderir às regras do direito privado, perdendo assim direitos anteriormente conquistados;
4. O regime fundacional abre caminho para o aumento das diferenças salariais e para o aumento dos horários de trabalho;
5. O governo das fundações assenta num “conselho de curadores” constituído

por cinco “personalidades externas” que, a julgar pelo que é conhecido em outras instituições, são muitas vezes **“personalidades” ligadas à banca e a outras instituições que apresentam claros conflitos de interesses quanto à existência de um ensino superior público de qualidade.**

Nestes casos, a pouca democracia interna que ainda existe numa universidade (como consequência do RJIES com o fim da gestão colegial, participada e democrática) fica agora sujeita à aprovação destas cinco “personalidades externas”, inclusive a homologação das linhas gerais de orientação pedagógica e científica, colocando assim ainda mais em causa a autonomia das universidades e a própria liberdade científica.

Fica assim claro o objectivo ideológico de tais intenções ao forçar-se a flexibilização da gestão de pessoal patrimonial e financeira, agravando a desresponsabilização do Estado face ao ensino superior (ex.: propinas mais elevadas);

6. A privatização conseguida através da implementação do regime fundacional descaracteriza o papel da universidade como centro de saber e conhecimento para mercantilizar a ciência e o conhecimento e os colocar ao serviço do negócio e do lucro (sendo que neste cenário **os cursos de ciências sociais, literaturas ou artes são os primeiros a sofrer cortes e constrangimentos).**

Aquando da sua aprovação pelo governo Sócrates/PS e pela mão de Mariano Gago, o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) representou um profundo ataque à autonomia e democracia das instituições abrindo caminho para a privatização do Ensino Superior Público (ESP). Embora protagonizado pelo PS, o RJIES contou com o apoio inequívoco do PSD e CDS, materializando a intenção de privatização das instituições públicas a praticamente todos os níveis.

O PCP sempre se afirmou contra o RJIES.

Hoje o financiamento das universidades pelo Estado é pouco menos que indigente – a transferência de verbas já nem sequer cobre os salários do seu pessoal docente e não docente, embora estes sejam funcionários públicos – e as instituições consomem boa parte das suas atividades na angariação de verbas próprias, sem as quais não poderiam sobreviver. Aliás, quer o RJIES, quer os estatutos de carreiras, abrem a porta ao surgimento do “docente angariador de fundos”. Como referiu o PCP, fica claro o objectivo ideológico de tais intenções ao forçar-se a flexibilização da gestão de pessoal, patrimonial e financeira, abrindo assim caminho para a desresponsabilização do Estado face ao ESP.

Ao contrário do que muitas vezes é afirmado, o regime fundacional instituído através do RJIES não resolveu o problema do financiamento das instituições, uma vez que aquelas que já optaram por este regime, não receberam transferências de verbas no âmbito dos contratos plurianuais.

Face a estes exemplos concretos, o Organismo do Ensino Superior da Organização Regional de Lisboa do Partido Comunista Português alerta a comunidade científica para o momento actual e apela

ao seu envolvimento e participação na discussão sobre este gravoso projecto que representa um recuo de anos nas condições e vínculos laborais dos docentes e na autonomia, função social e importância para o desenvolvimento e soberania nacional que tem o Ensino Superior Público. Só a participação informada e alargada da comunidade científica e de todos os trabalhadores poderá derrotar este rumo e defender o Ensino Superior Público.

O PCP manifesta o seu repúdio e dará combate, na Assembleia da República e junto da comunidade científica, à intenção do Governo de fomentar a privatização do ESP. Assinalamos também, criticamente, que a primeira decisão do novo governo em matéria de ESP foi produzir legislação que permitiu a passagem da Universidade do Minho ao regime fundacional.

O PCP tudo fez e tudo fará para revogar o RJIES e para dotar o ESP de condições de funcionamento dignas do papel deste sector estratégico para o desenvolvimento do País.

Apelamos aos docentes e investigadores para se pronunciarem sobre esta matéria defendendo os seus direitos e o próprio Ensino Superior Público.

Março de 2016



*Sub-sector do Ensino Superior e Investigação
Sector Intelectual de Lisboa
Partido Comunista Português*